



ANIVERSÁRIO AS DIGITAL
**TRÊS ANOS
DIARIAMENTE
CONSIGO**



CLARA AZEVEDO

**A INOVAÇÃO COMO
GRANDE MOTOR DE
DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**



PORTUGAL 2018-2030

GOVERNO APROVA NOVA ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO PARA O PAÍS

O Conselho de Ministros aprovou a nova estratégia de inovação para Portugal 2018-2030, que consiste num conjunto de iniciativas legislativas e programáticas que vêm dar resposta às recomendações do relatório da OCDE apresentado a 9 de fevereiro, reforçando as orientações adotadas durante os últimos anos nos domínios do ensino superior, ciência e inovação.

A APROVAÇÃO de uma nova estratégia de inovação para Portugal, assumindo “metas claras”, incluindo um investimento global em Inovação e Desenvolvimento (I&D) até 2030, tinha sido anunciada pelo primeiro-ministro, durante o debate quinzenal de dia 14, no Parlamento.

Como afirmou António Costa, o Executivo que lidera tem como objetivo concretizar uma agenda de convergência com a Europa na próxima década, assente na sustentabilidade do crescimento económico e assumindo três prioridades: o reforço da capacidade de I&D, a aposta na inovação empresarial e a qualificação dos recursos humanos. Só com “uma sociedade do conhecimento e uma economia da inovação” se pode “fazer diferente” para “criar mais e melhor emprego”, “aumentar o peso das exportações para 50% do PIB” e conseguir “uma década de convergência sustentada com a União Europeia”, acentuou o líder do Executivo.

Correspondendo às prioridades estratégicas ontem enunciadas por António Costa, as medidas hoje aprovadas em Conselho de Ministros inscrevem-se nestas três áreas fundamentais:

Reforço da capacidade de I&D

Nova estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal 2018-2030, estimulando as condições de emprego qualificado em Portugal no contexto internacional, juntamente com o aumento do investimento público e privado em I&D.

São metas desta estratégia atingir um investimento global em I&D de 3% até 2030, dos quais dois terços corresponda a despesa privada; democratização do acesso ao ensino superior, alcançando-se níveis de participação na ordem dos 60%, entre os jovens de 20 anos, e de 50% na faixa etária dos 30-34 anos; e alcançar um volume de exportações equivalente a 50% do PIB na 1ª meta-

de da próxima década. Esta estratégia prevê também o financiamento dos centros interface e a atração para Portugal de fundos de capital (BEI).

Incorporação de conhecimento na economia

Programa GoPortugal, que inclui o apoio a novos acordos de colaboração entre Portugal e a Carnegie Mellon University (CMU), o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Universidade do Texas em Austin (UT Austin) e a Sociedade Fraunhofer (FhG);

Nova Lei da Ciência, para modernizar o regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico, reforçando as condições de emprego científico e qualificado e alargando e diversificando a estrutura institucional de modo a aproximar a comunidade científica da sociedade e economia; Constituição dos primeiros Laboratórios Colaborati-

vos, reunindo instituições científicas e académicas com o setor produtivo, como previsto no âmbito do Programa Interface, nas áreas de fogos e floresta, interações atlânticas, transformação digital na indústria, inovação de montanha, vinha e vinho no Douro, e valorização de algas no Algarve.

Adoção de instrumentos que promovam o interface entre as instituições científicas e as instituições públicas e privadas em diferentes áreas, procurando alargar a capacidade científica e tecnológica do país e reforçar a capacidade de exploração do potencial social e económico que resulta da produção, difusão e transferência do conhecimento. Neste campo, destaque para diversas iniciativas nos domínios da investigação clínica – apoio aos centros académicos e reforço das condições de financiamento à investigação - e da exploração espacial - aprovação das condições de instalação do Centro Internacional de Investigação

do Atlântico (AIR Centre) e aprovação da Estratégia Nacional do Espaço.

Qualificação dos recursos humanos

Reforço da Iniciativa Nacional Competências Digitais, INCoDe2030;

Modernização do regime jurídico de graus e diplomas do ensino superior, adaptando-o à realidade que emerge na Europa e em Portugal;

Adequação do Estatuto de Estudante Internacional, estimulando a internacionalização do ensino superior;

Reconhecimento de graus académicos e outras habilitações atribuídas por instituições de ensino superior estrangeiras, favorecendo a internacionalização do mercado de trabalho e a atração de mão-de-obra qualificada para Portugal.

Estas Propostas de Lei e os Decretos-Lei foram aprovados na generalidade e serão agora submetidos a discussão pública. ■



ROTEIRO INOVAÇÃO

ASSUMIR A INOVAÇÃO COMO GRANDE MOTOR DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Tornar “sustentável e duradoura” a viragem que a economia portuguesa teve este ano, passa necessariamente por assumir a inovação como “o grande motor da estratégia de desenvolvimento”. Esta a convicção expressa pelo primeiro-ministro durante a apresentação do Roteiro Inovação.

NA OCASIÃO, António Costa lembrou que Portugal interrompeu a sua convergência com a União Europeia (UE) no ano 2000, tendo agora retomado essa rota.

“Queremos que 2018 seja o primeiro ano de uma década de convergência sustentada com a UE”, enfatizou, adiantando que o Governo socialista definiu uma estratégia para o Portugal pós-2020 no âmbito da qual foram fixadas “três metas muito ambiciosas, centradas na inovação”. Congratulando-se com o lançamento do Roteiro da Inovação e do 'Go Portugal', o primeiro-ministro admitiu que 2017 deixou “uma pesada responsabilidade”.

“Foi o ano no qual saímos do procedimento de défice excessivo, começámos a reduzir a nossa dívida pública, tivemos o maior crescimento económico desde o princípio do século e fomos o terceiro país da UE que mais criou emprego”, recordou, frisando depois que a responsabilidade derivada deste contexto é “enorme” e extensível aos

anos seguintes a 2018.

De seguida, defendeu que para tornar “sustentável e duradouro” o ano de viragem da economia portuguesa será fundamental assumir a inovação como o grande motor do desenvolvimento.

E sublinhou que as três metas definidas pelo Executivo são “condições absolutamente essenciais” para que a inovação seja “o centro da vida” e “seja efetivamente o motor” da estratégia de desenvolvimento.

Aumentar competências digitais, investimento e qualificação

Assim, continuar a rota do crescimento até 2030 implicará, de acordo com António Costa, a realização de três objetivos: aumentar as competências digitais da sociedade portuguesa, a intensidade de investimento na inovação e desenvolvimento e a qualificação dos recursos humanos.

Quanto à primeira meta, o primeiro-ministro propõe que, em 2030, nove em cada dez portugueses sejam utilizado-

res da internet.

Também no início da terceira década do século XXI Portugal deverá ser capaz de investir, disse, “3% do Produto Interno Bruto (PIB) em investigação e desenvolvimento”, isto é, “um terço com fundos públicos e dois terços com mobilização de investimento privado”.

Já no capítulo da qualificação dos recursos humanos, António Costa quer que o país chegue a 2030 com 60% de jovens de 20 anos no Ensino Superior, uma percentagem que atualmente fica por baixo dos 40%. E insistiu novamente que este é “o maior défice que Portugal tem”, defendendo que o Governo tem de “continuar a trabalhar para o reduzir”.

De referir que na sessão de lançamento do Roteiro e após a reunião de Conselho de Ministros dedicada em exclusivo a este tema, foram assinados vários protocolos entre o Estado e um conjunto de entidades estrangeiras, visando a criação de parcerias internacionais que impulsionem ainda mais as práticas de inovação em Portugal. ■ **MARY RODRIGUES**



Há quem diga que o nosso país está em alta. Há quem diga que está na moda. Certo é que os portugueses vivem hoje melhor e que Portugal alcançou um inusitado prestígio internacional, de que a eleição de Mário Centeno para presidente do Eurogrupo é a melhor prova. A atual solução governativa, a popular geringonça, é considerada exemplar por países europeus que inicialmente a criticaram.

Portugal soma vitórias de várias ordens. Saiu do Procedimento por Défice Excessivo e subiu na avaliação das agências de notação, o que se traduz em mais fundos comunitários e juros mais baixos. Conquistou o prémio de melhor destino turístico do mundo nos World Travel. E o Eurobarómetro sobre qualidade de vida nas cidades coloca Lisboa num lugar cimeiro. Os portugueses reconquistaram a autoestima perdida nos anos de governo PSD/CDS e veem os seus méritos reconhecidos lá fora. Pela primeira vez, o nosso país ganhou o Festival Eurovisão da Canção. E, no desporto, sagrou-se campeão europeu de Futebol e, mais recentemente, de Futsal.

A nossa economia está de boa saúde. Em 2017, cresceu 2,7%, o maior crescimento real deste século e acima da média europeia. Crescimento alicerçado no investimento e nas exportações e que se reflete na melhoria das condições de vida das famílias portuguesas. Fechámos 2017 com muito bons resultados. O desemprego desceu para 8,1%, o nível mais baixo desde 2004. E mais de 80 mil pessoas já saíram do risco de pobreza.

Portugal voltou-se para o mundo na sua diversidade geoestratégica. Com o governo de António Costa, o nosso país faz-se ouvir, apresenta propostas e procura a convergência com a Europa multilateral, sem descurar a sua vocação atlântica, reforçando os laços culturais, económicos e afetivos com os países da CPLP, fortificando o diálogo ibero-americano e reativando ligações remanescentes da diáspora portuguesa de outras eras, de que a bem-sucedida visita do primeiro-ministro à Índia é paradigmática.

Não fora a tragédia dos incêndios florestais, que cobriram de luto o país, e teríamos sobejas razões para festejar. Importa reconhecer que o governo acelerou o processo de reconstrução das habitações destruídas e o restabelecimento da capacidade produtiva dos territórios devastados. E, em simultâneo, tomou medidas preventivas de revitalização do interior e de reordenamento da floresta. O governo está a fazer o que não foi feito em décadas. O governo PSD/CDS foi o que mais desinvestiu na floresta e na prevenção de incêndios. Entre 2011 e 2015, as verbas para a defesa da floresta baixaram de 82 para 61 milhões de euros. E foi, também, o governo da austeridade e dos cortes cegos na escola pública, no SNS e nos apoios sociais. O empobrecimento do país e das famílias, através de cortes salariais, redução de pensões e reformas e aumento de impostos, foi a prática continuada. O resultado é conhecido: cresceram os rendimentos dos mais ricos, subiu o desemprego e aumentaram as desigualdades. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres. O governo socialista apoiado pelos partidos da esquerda parlamentar seguiu o caminho oposto. A dignificação do trabalho, a redução das desigualdades sociais, a valorização dos territórios, a modernização da administração pública, o investimento em serviços públicos de qualidade, representam uma mudança de paradigma. Por isso, Portugal está melhor. ■

O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE ESTÁ MAIS FORTE



O reforço de profissionais e investimento em equipamentos permitiu mais consultas e cirurgias, uma assistência médica mais moderna e soluções de atendimento inovadoras. Os principais indicadores revelam que nos últimos dois anos os serviços públicos de saúde estão a prestar um melhor serviço aos portugueses.

OS INVESTIMENTOS em meios humanos e materiais no Serviço Nacional de Saúde estão a dar frutos. Hoje há mais de 6 mil novos profissionais no SNS, relativamente a 2015, estão em construção mais de cem centros de saúde por todo o País e as estatísticas confirmam que os portugueses tiveram acesso a mais consultas e cirurgias, tendo globalmente diminuído os tempos médios de espera.

O trabalho do nosso país na área da saúde é reconhecido por estudos independentes. Segundo o EHCI – Euro Health Consumer Index (classificação dos sistemas de saúde da Europa), em 2017 Portugal situa-se na 14.ª posição, numa avaliação de 35 países, após ter ocupado o 20.º lugar em 2015, acima de países como o Reino Unido (15.º lugar), a Espanha (18.º lugar), a Itália (21.º) e a Irlanda (24.º).

De salientar o novo portal do SNS, um verdadeiro instrumento de transparência, com várias funcionalidades pioneiras a nível mundial. Hoje os utentes podem verificar online, em tempo real, quais os hospitais mais congestionados e que alternativas existem na prestação de cuidados de saúde, como os centros de saúde com horá-

rios alargados.

O programa do XXI Governo sublinha a importância da defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS), criado em 1979 pela mão do presidente honorário do Partido Socialista, António Arnaut. Desde que tomou posse, a atual tutela garantiu a redução global do valor das taxas moderadoras, eliminando o pagamento sempre que o utente é referenciado pelos cuidados de saúde primários, nos casos em que o utente é dador benévolo de sangue, ou quando pertence a corporações de bombeiros. As medidas de poupança para os utentes foram sublinhadas também com a redução dos encargos com o transporte não urgente de doentes e instituiu-se o transporte gratuito para doentes em cuidados paliativos. Também se promoveu o aumento da quota de mercado de medicamentos genéricos. Em 2017 registou-se a maior aprovação de medicamentos inovadores de sempre no SNS, com a aprovação de 60 fármacos inovadores para reforçar o arsenal terapêutico disponível para os doentes.

Acesso mais fácil aos serviços de saúde

Outro marco foi a criação do novo centro de Contacto do

Serviço Nacional de Saúde (SNS24), com mais funcionalidades, onde os utentes são aconselhados e encaminhados para os serviços de saúde adequados por profissionais qualificados, à distância de uma simples chamada telefónica através do número 808 24 24 24.

Alargaram-se as possibilidades de escolha para os doentes e suas famílias, com a introdução do princípio de Livre Acesso e Circulação (LAC) no SNS. Assim, quando o cidadão necessita de uma consulta hospitalar pode optar por qualquer uma das instituições do SNS, onde exista a especialidade em causa. Um idoso pode escolher um hospital perto da casa dos seus filhos para ser tratado, facilitando as visitas ou o período de convalescença e recuperação de uma cirurgia, por exemplo.

Também se promoveu a eliminação das restrições de acesso às técnicas de procriação medicamente assistida (PMA), garantindo o acesso de todos os casais e todas as mulheres, independentemente do seu estado civil, orientação sexual e diagnóstico de infertilidade. O Cuidados de Saúde Primários também foram dotados de mais psicólogos, nutricionistas

e meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

De assinalar o maior reforço de capital estatutário nos hospitais empresas (EPE) nos últimos 40 anos. Desta forma, através da injeção de cerca de 1,4 mil milhões de euros para pagar dívidas a fornecedores, será possível atingir o valor da dívida mais baixo de sempre no SNS. O Governo apostou também na implementação da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, inaugurando a primeira unidade de cuidados paliativos pediátricos da Península Ibérica. Também abriu mais 1480 camas de cuidados continuados, a que acrescem mais 543 novas respostas de internamento para 2018. Pela primeira vez constituíram-se 364 camas/lugares de cuidados integrados de saúde mental.

Alargou-se o pacote de incentivos que permitiu aumentar o número de médicos colocados em regiões carenciadas, nomeadamente no interior do país, invertendo da tendência da emigração de profissionais de saúde que se verificou no período de assistência financeira a Portugal.

Outras medidas importantes para os profissionais de saúde devem ser realçadas, como a reposição de salários, do va-

lor das horas extraordinárias, as 35 horas, ou a criação das novas carreiras dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, a carreira especial de técnico de emergência pré-hospitalar (TEPH) e a carreira farmacêutica hospitalar.

Foram lançados os processos com vista à construção dos novos hospitais no Seixal, Évora, Sintra e Lisboa Oriental. E está a ser realizada a modernização dos equipamentos, nomeadamente com o programa de eficiência energética, cujo montante global atingirá cerca de 100 milhões de euros.

Está ainda a ser promovido o reforço de meios do INEM. Em 2017, cumpriu-se o objetivo de colocar uma ambulância do INEM em todos os concelhos do país e foram assinados 40 protocolos de renovação das ambulâncias do afetas aos Postos de Emergência Médica (PEM) e criados mais 12 novos PEM. Este ano, será concluída a renovação integral das 44 unidades da frota de VMER.

Com todas estas medidas, no espaço de apenas dois anos, pretende-se cumprir o Artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa: "Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover." ■



SNS
SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

MELHOR SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

No seu programa, o Governo acentua a importância da defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS), criado em 1979 pela mão do agora presidente honorário do Partido Socialista, António Arnaut.
O Governo, cumprindo o seu desígnio de defesa de serviços públicos de qualidade, tem apostado e continuará a apostar na melhoria do SNS.
Só através de um SNS público e de excelência se garante o acesso universal a cuidados de saúde com qualidade.
Só reforçando a equidade no acesso e a qualidade dos serviços públicos prestados se defendem os cidadãos e o Estado Social.

DESDE QUE TOMOU POSSE, HÁ POUCO MAIS DE DOIS ANOS, ESTE GOVERNO GARANTIU

+ MÉDICOS DE FAMÍLIA

94%

da população abrangida.
Mais 600 mil pessoas com médico de família atribuído.



+ PROFISSIONAIS DE SAÚDE

+ 6 MIL

profissionais face a 2015.



+ RESPOSTAS

+ 1480 camas de cuidados continuados.

+ 543 novas respostas de internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

+ 364 camas de cuidados integrados de saúde mental em 2017.



TAXAS MODERADORAS

Redução das taxas moderadoras.



+ CONSULTAS MÉDICAS

AUMENTO

do número de consultas médicas.



+ CIRURGIAS

AUMENTO

do número de cirurgias.



+ MÉDICOS

+2000

novos profissionais.

+ ENFERMEIROS

+3000

novos profissionais.

PROCREAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA

Eliminação das restrições de acesso por casais do mesmo sexo e por mulheres solteiras.



+ INOVAÇÃO



+ Acesso à inovação
+ 120 novos medicamentos inovadores.

O GOVERNO ESTÁ A ALARGAR A REDE DO SNS



TODOS TÊM DIREITO À PROTEÇÃO DA SAÚDE E O DEVER DE A DEFENDER E PROMOVER



ARTIGO 64.º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA



JUNTOS FAZEMOS PORTUGAL MELHOR



AUTÁRQUICAS 2017

PS TEVE A MAIOR VITÓRIA ELEITORAL DA SUA HISTÓRIA

Estas eleições autárquicas deram ao PS a “maior vitória eleitoral da sua história”, referiu o Secretário-geral socialista na sede nacional, garantindo António Costa que com este resultado fica “reforçada politicamente a maioria parlamentar que suporta o Governo”, apontando o principal partido da direita como o “grande derrotado” da noite eleitoral.

QUANDO ao fim da noite de 1 de outubro, por volta das 23 horas, os resultados eleitorais começavam a ser conhecidos e a grande vitória nacional do PS era já reconhecida, o líder do PS, António Costa, garantia na sede nacional do partido, em Lisboa, que estas eleições representavam já a “maior vitória eleitoral” da história do PS, um triunfo que o Secretário-geral socialista atribuiu “a todo o partido”, mas, em primeiro lugar, como destacou, a “cada um dos que ganharam em cada uma das freguesias ou municípios”.

Acompanhado pela Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes, e pelo líder parlamentar, Carlos César, António Costa manifestou grande satisfação por o PS ter alcançado nestas eleições autárquicas “mais votos, mais mandatos, mais presi-

dências de câmaras municipais e de juntas de freguesia” do que há quatro anos, dados que permitem, como salientou, que o PS reforce a sua participação quer na Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), quer na Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) “.

Garantindo que o “próximo mandato autárquico” será o “mandato da descentralização”, um projeto do Governo, como recordou, que ainda não tem “acordo da maioria parlamentar”, mas que, quando for concretizado, constituirá “uma condição essencial”, não só “para uma melhor gestão das finanças públicas”, mas também para uma “mais adequada resposta aos problemas dos cidadãos”, para além de contribuir de forma sustentada para uma “maior coesão de todo o território nacional”.

Para António Costa esta será a “maior reforma do Estado” desde que em 1976, pela primeira vez, foram eleitos diretamente

“

O PRÓXIMO MANDATO AUTÁRQUICO SERÁ O MANDATO DA DESCENTRALIZAÇÃO

pelos cidadãos os representantes do Poder Local e das autonomias regionais.

Único derrotado é o PSD

Para o líder socialista, o resultado das eleições de ontem

apontam, claramente, para que “o único derrotado tivesse sido o PSD”, afirmando que “procurar outros derrotados é procurar disfarçar a leitura essencial” que deve ser retirada destas eleições.

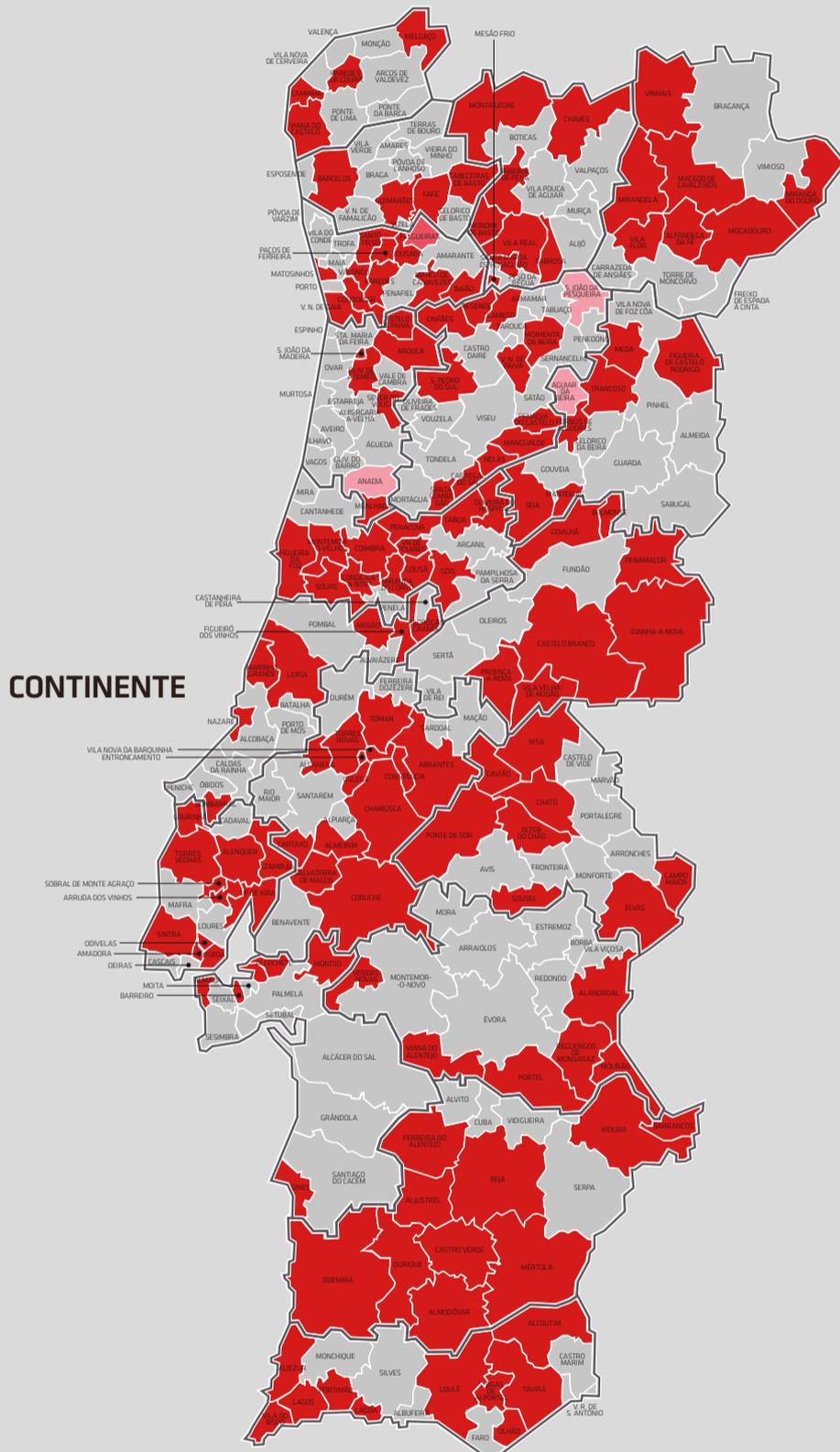
E a leitura que tem de ser feita, ainda segundo o líder socialista, é que estes resultados reforçam a posição do PS, mas fortalecem também e sobretudo, a “mudança que no quadro da maioria parlamentar se iniciou há dois anos”, com a reposição de rendimentos e a criação de melhores condições de investimento, mas também apostando na continuada redução da taxa de desemprego e na “gradual redução do défice e da dívida para a consolidação das finanças públicas”.

A vitória do PS, acrescentou ainda o Secretário-geral socia-

lista e primeiro-ministro, “não é a derrota de nenhum dos seus parceiros parlamentares”, garantindo que ao fim de dois anos está provado que “valeu a pena” a mudança política em Portugal. Uma mudança que permitiu, como garantiu, que haja hoje mais crescimento económico e um menor défice orçamental, “pelo segundo ano consecutivo”, mencionando António Costa a necessidade de “dar continuidade e força às políticas iniciadas há dois anos”, o que será feito, como garantiu, “já com o Orçamento do Estado para 2018”. Um OE que o Governo socialista está a “partilhar com muito orgulho” com o BE, PCP e PEV, reconhecendo o líder do PS que o processo de preparação de um Orçamento do Estado “é sempre um trabalho árduo”.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

CÂMARAS GANHAS PELO PS, POR COLIGAÇÕES E INDEPENDENTES COM APOIO PS



CONTINENTE

REGIÃO AUTÓNOMA AÇORES



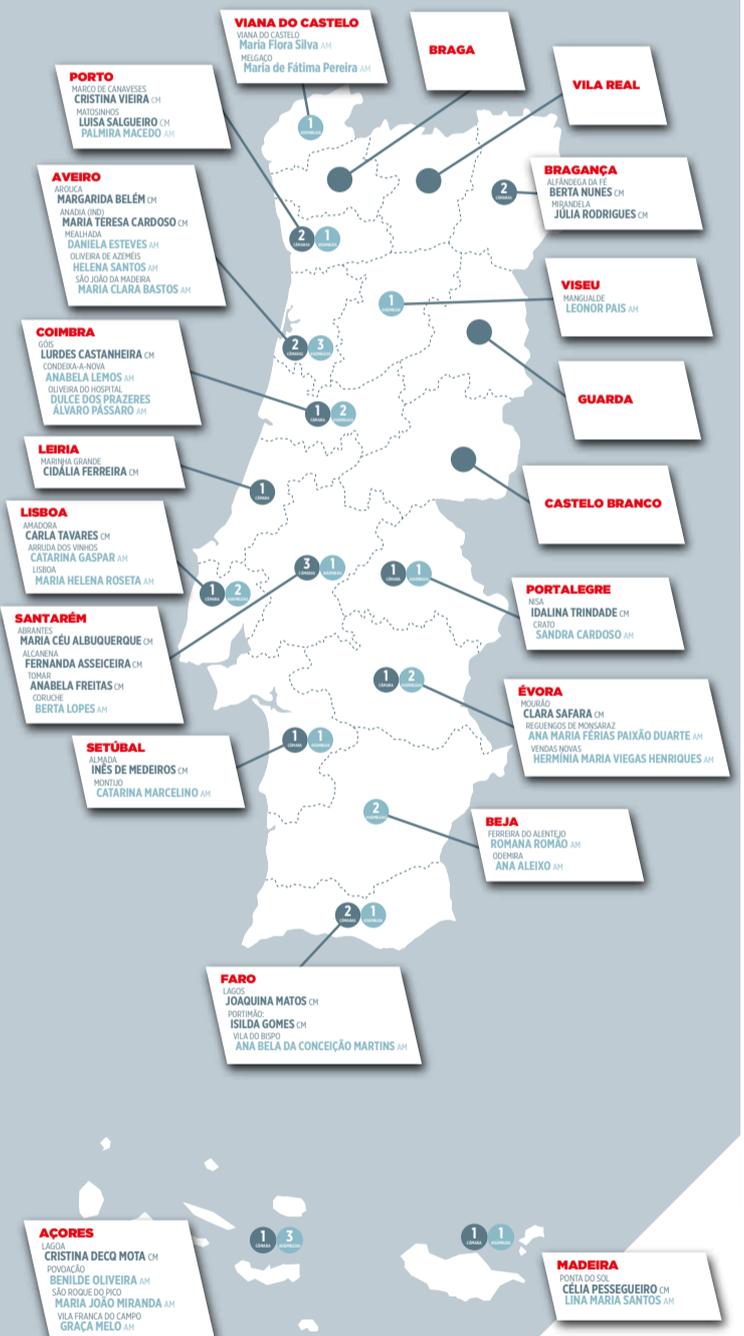
REGIÃO AUTÓNOMA MADEIRA



■ PS ■ PS COLIGADO ■ PS APOIO INDEPENDENTE

AUTÁRQUICAS 2017 MULHERES ELEITAS

PRESIDENTES DE CÂMARA E ASSEMBLEIA MUNICIPAL



NOVAS LIDERANÇAS

DNMS DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS



ECONOMIA PORTUGUESA CRESCER AO NÍVEL MAIS ALTO EM 17 ANOS

O PRODUTO Interno Bruto (PIB) português cresceu 2,7% no conjunto de 2017, o maior aumento dos últimos 17 anos. Os dados foram tornados públicos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que adianta que este valor é superior em 1,2 pontos percentuais em relação ao verificado em 2016.

O crescimento económico verificado em 2017 em Portugal foi saudado pelo primeiro-ministro, adiantando tratar-se do “maior crescimento real deste século” que coloca o país, pela primeira vez, em convergência com a Europa.

António Costa destacou que o crescimento da economia portuguesa em 2017 situou-se “acima da média da zona euro e da própria União Europeia”, e que é sobretudo “mais saudável”, por estar alicerçado no “investimento e nas exportações”.

Uma economia, como assinalou, que não só está a convergir com a Europa, como cresce cerca de 10% sustentada nas exportações de bens com especial destaque para a indústria, cujas vendas ao estrangeiro cresceram 14,7%, facto que permitiu que Portugal tivesse ganho “quota de mercado” em muitos países, em particular, como referiu António Costa, naqueles onde existe uma “procura sofisticada”. Para além das exportações de bens, a economia portuguesa apresenta ainda outros dados muito satisfatórios, designadamente no que respeita ao aumento de 5,5% do investimento empresarial no conjunto do ano, com o I&D (Investimento & Desenvolvimento) a subir 7%, dados que, segundo o primeiro-ministro, estão a permitir, desde já, melhorar a qualidade de vida dos portugueses.

Mais emprego e recuperação de salários e pensões

Mas para que tivesse havido este crescimento sustentado da economia, na opinião do primeiro-ministro, foi também determinante a recuperação de salários e de pensões, cortados pelo anterior Governo de direita, que se traduz hoje, como garantiu António Costa, “num aumento do rendimento líquido das famílias em cerca de 6,2%”.

O primeiro-ministro referiu-se ainda ao emprego, lembrando a propósito os cerca de 288 mil portugueses que encontraram emprego no país e os mais de 80 mil que se “libertaram do risco de pobreza, logo em 2016”, sublinhando que, no que respeita ao emprego, este foi o “maior crescimento num só ano” desde que o INE tem registo, tendo neste particular Portugal, como reafirmou, sido o país da União Europeia que “mais diminuiu o desemprego nos últimos dois anos”.

Ainda segundo o primeiro-ministro, nestes últimos dois anos e meio Portugal não só foi capaz de criar mais emprego, como foi competente a encontrar novos mecanismos capazes de proporcionar “melhores empregos”, o que se traduz em que cerca de 78% do emprego por conta de outrem criado neste período “corresponderem a contratos sem termo”, valor que sobe para “85% se considerarmos apenas 2017”. ■ **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

FACTOS

- **Défice mais baixo** da história da democracia pelo terceiro ano;
- **Dívida pública** 126,2% do PIB - 3,9 pontos percentuais menor do que em 2016 - a maior redução em 19 anos;
- **78% do empréstimo** do FMI pago;
- **Saída do procedimento** de défice excessivo;
- **Subida de Portugal** nos ratings das agências de notação financeira.

O GOVERNO DO PARTIDO SOCIALISTA ADOTOU POLÍTICAS QUE PERMITIRAM MANTER, SIMULTANEAMENTE, OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM OS PORTUGUESES E COM OS NOSSOS PARCEIROS INTERNACIONAIS. DEVOLVENDO RENDIMENTOS ÀS FAMÍLIAS, O QUE PERMITIU A RETOMA DO CONSUMO PRIVADO, EM SIMULTÂNEO COM O CUMPRIMENTO ESTRITO DAS REGRAS DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO PAÍS. UM CICLO VIRTUOSO DA ECONOMIA PORTUGUESA - EVIDENCIADO PELO AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO - QUE TEM DADO FRUTOS VISÍVEIS E QUANTIFICÁVEIS:

OS MAIS BAIXOS DÉFICES DA HISTÓRIA DA DEMOCRACIA PORTUGUESA EM 2016 E 2017;
A MENOR TAXA DE DESEMPREGO DESDE 2004 (8,9% MÉDIA DE 2017);
A CRIAÇÃO DE MAIS DE 280 MIL NOVOS POSTOS DE TRABALHO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS;
O MAIOR CRESCIMENTO ECONÓMICO ANUAL DESTE SÉCULO EM PORTUGAL, EM DOIS ANOS SUCESSIVOS.

FACTOS

- **Crescimento do investimento público** com aceleração de 17,9% em 2017;
- +10% de **Investimento privado**;
- **Mil milhões de €** de intenção de investimento estrangeiro direto em 2018;
- **Mais de mil milhões** de fundos comunitários transferidos para empresas.



+ PRODUTIVIDADE
+ COMPETITIVIDADE



INVESTIMENTO PÚBLICO
INVESTIMENTO PRIVADO
FUNDOS COMUNITÁRIOS

o consecutivo;



FACTOS

- **Salário mínimo** com aumento nominal de quase 15% em três anos;
- **Cerca de 800 mil** trabalhadores abrangidos pelo aumento do SMN;
- **14,7 mil novos empregos** na área da restauração;
- **59,4 milhões** de dormidas de turistas;
- **Redução** do IVA da restauração.

SIM, PORTUGAL ESTÁ MELHOR E É HOJE UM CASO DE SUCESSO RECONHECIDO INTERNACIONALMENTE E UMA VOZ ESCUTADA NA EUROPA, COMO DEMONSTRA A ELEIÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS MÁRIO CENTENO PARA PRESIDENTE DO EUROGRUPO.

FACTOS

- **Contratação coletiva** com os salários convencionais a crescer 2,6% em 2017;
- **8,1% de taxa de desemprego** - taxa de desemprego mais baixa desde 2004;
- **Criados 288 mil** postos de trabalho;
- **75% dos postos de trabalho** criados são com contratos sem termo.

FACTOS

- **Indicador de clima económico** estável.



UM ORÇAMENTO DE CONTINUIDADE E DE FUTURO

Este é um Orçamento que prossegue a “recuperação de rendimentos dos portugueses e a melhoria das condições de investimento”, garantiu o primeiro-ministro, na discussão do OE para 2018, aprovado em novembro na Assembleia da República.

GARANTINDO que a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2018 tem como fator fundamental a “estabilidade das políticas” e a “recuperação da confiança” traduzida na melhoria do “rating” da República, um Orçamento, acrescentou ainda António Costa, que continua e aprofunda as “boas políticas” que recolocaram Portugal na rota da convergência, um orçamento “virado para o futuro”. Um futuro que se pretende que seja de uma sociedade de direitos, “mais justa e mais coesa”, fatores que a “recuperação de rendimentos proporciona”, mas que também pretende reforçar a sustentabilidade das finanças públicas, porque “investe na inovação como motor do desenvolvimento”.

Sustentabilidade

Segundo o primeiro-ministro, são três as razões principais que determinam e apontam este OE para 2018 como um orçamento de futuro. Desde logo, porque aposta na

“sustentabilidade das finanças públicas”, designadamente ao prosseguir com a redução do défice para 1% em 2018, e com da dívida pública, de 126,2% em 2017 para 123,5% em 2018, mas também porque se trata de um orçamento que “continua a reforçar a sustentabilidade da Segurança Social”, por via da “diversificação das suas fontes de financiamento”, com a “consignação de uma parte da receita do IRC” ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Inovação

Uma segunda razão, apontou o primeiro-ministro, porque este orçamento investe na inovação “como motor do desenvolvimento”, na cultura e na ciência que são a “base da sociedade do conhecimento”, mas que investe igualmente na “criatividade e na formação de recursos humanos”, ajudando assim a criar um “ecossistema favorável à inovação”.

A este propósito António Cos-

ta anunciou que o OE para 2018 aumenta em 24% o financiamento para os concursos de apoio às artes, com reforço do investimento nos organismos de produção e programação nacionais, mas também cumprindo o contrato de confiança com as universidades e politécnicos, reforçando também aqui a dotação das instituições do ensino superior.

Um orçamento que, por outro lado, acrescentou ainda António Costa, dá prioridade ao emprego científico e patrocina o crescimento do esforço público no apoio à atividade de I&D “que sabemos ter retomado o crescimento desde 2016”.

Políticas públicas

Um terceiro e último ponto que o líder do Governo destacou tem a ver, como alertou, com o facto de se tratar de um orçamento que “coloca as novas gerações no centro das políticas públicas”, designadamente, ao propor apoiar as novas gerações, aumentando o abono

de família para crianças entre os 12 e 36 meses, medida que vai beneficiar cerca de 130 mil crianças.

Investimento

O primeiro-ministro mencionou ainda medidas fiscais que vão ajudar e potenciar o investimento, nomeadamente o alargamento a todos os credores do benefício fiscal à conversão de créditos em capital, alargamento do benefício fiscal ao reinvestimento de lucros de dois para três anos, e o reconhecimento automático da isenção do IMT e Imposto de Selo, para além da eliminação do IVA alfandegário para “todas as matérias importadas”.

Para manter e melhorar o crescimento económico que se tem vindo a verificar em Portugal nos últimos dois anos, António Costa referiu que o OE para 2018 também prevê várias medidas de incentivo ao investimento, designadamente a “linha já negociada com o Banco Europeu de Investimento de 250 milhões de euros”, verba que representa “um pri-

meiro passo concreto” para que o país disponha de um “novo mecanismo de apoio ao investimento das empresas”.

Quanto ao IRS, o primeiro-ministro, depois de garantir que “todos os contribuintes terão um alívio” neste imposto, salientou que o OE para 2018 prossegue a mesma política iniciada nos dois anteriores orçamentos, ou seja, apostando na “recuperação dos rendimentos dos portugueses”, iniciativa a que acrescem agora outras medidas de alívio, como seja o “aumento do limiar da isenção, o alargamento dos escalões ou ainda o fim da sobretaxa para os mais altos escalões”.

Um alívio que se vai traduzir, como lembrou António Costa, com os mais baixos rendimentos a beneficiarem com o aumento do limiar da isenção, a classe média que vai ser desagravada com o alargamento dos escalões de 5 para 7, e os contribuintes com rendimentos mais elevados com a concretização do fim da sobretaxa. ■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

OE PARA 2018 É UM ORÇAMENTO “AMIGO DO FUTURO”

O líder parlamentar do PS, Carlos César, classificou a proposta de Orçamento do Estado para 2018 como “um orçamento amigo do futuro”, considerando a sua votação como “um ato político” que exprime, por parte dos que o aprovarem, um compromisso de apoio ao esforço dos últimos dois anos, e evidencia a dissociação e negação dos sucessos reconhecidos por parte dos que o rejeitarem.

“A REALIDADE, felizmente, diz-nos que, em quase tudo, os sucessos derrotaram os maus agiões do CDS e do PSD. Melhor assim – venceram todos os que se empenharam com o Governo e beneficiou com isso todo o País, do continente às regiões autónomas”, afirmou Carlos César no encerramento do debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do OE para 2018, num discurso em que rebateu as profecias negativas dos partidos da direita em relação aos resultados das políticas de recuperação de ren-

dimentos a par do crescimento económico e do emprego. Na demarcação das diferenças entre “uma minoria parlamentar de negação” e uma “maioria plural positiva que acredita que o caminho é o do Estado amigo”, do desagravo fiscal, da diminuição das desigualdades e do investimento nos serviços públicos de proteção social, Carlos César sublinhou que este percurso tem coexistido com a “melhoria das contas públicas”, sem a qual, avisou, dirigindo-se aos partidos da esquerda, “nunca haverá apoio e sustentabili-



JORGE FERREIRA

dade para as políticas que estamos a desenvolver”.

Pior para a direita, melhor para os portugueses

À direita, o presidente do PS recordou aos que, dia após dia, “vaticinaram o colapso dessa força política motora”, que são agora diariamente “confrontados com a sua reconfirmação”. “Ainda bem! Vence a alternativa que construímos e beneficia o País em que nos empenhamos”, disse. Outro fracasso foram as previsões de “infortúnio” do CDS e PSD em relação aos resultados do Or-

çamento de 2017: “A realidade voltou a desmenti-los: a economia, este ano, não só acelerou fortemente, como converge com a média europeia ao fim de dezasseis anos de divergência, e com níveis de confiança, nas famílias e nas empresas, jamais alcançados nas últimas décadas”, lembrou. Para Carlos César, o orçamento para 2018 é, sobretudo, “um Orçamento que se projeta num futuro desejado e sustentável”, que visa prosseguir a trajetória de redução da dívida pública, o reforço do investimento público, o desagravamento fiscal para os

contribuintes, no IRS como no fim da sobretaxa, sendo por isso, “um orçamento amigo do futuro”. “Um Orçamento com aumentos das pensões, com a valorização das carreiras contributivas muito longas, com o aumento do subsídio de desemprego, do Complemento Solidário para Idosos, do Abono de Família, do Rendimento Social de Inserção ou do reforço da nova prestação para a Inclusão, é um Orçamento que protege o futuro de milhares e milhares de portugueses”, sublinhou o líder parlamentar do PS. ■ CARLA ALVES

PS CONGRATULA-SE COM UM “ORÇAMENTO DE PALAVRA”

O deputado do PS João Galamba considerou, no Parlamento, que o Orçamento do Estado (OE) para 2018 “é um orçamento de palavra”, porque “cumpre, novamente, todos os compromissos assumidos”, e é um “orçamento que consolida a alternativa de políticas e de resultados”.

O **PORTA-VOZ** socialista garantiu, na apreciação na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 2018, que o documento “consolida a alternativa”, mostra que essa alternativa existe e que funciona, “por muito que isto deixe a oposição frustrada e desorientada”. Segundo João Galamba, esta alternativa “funciona em benefício dos portugueses, funciona em benefício de um país que se quer mais justo, mais próspero e mais solidário”.

“Desenganem-se aqueles que pensam ser possível mobilizar os portugueses para construir o futuro sem valorizar os seus rendimentos e sem melhorar as suas condições de vida e que, em nome de uma conceção atávica de competitividade, os salários são apenas um custo e os direitos um empecilho”, alertou João Galamba, dirigindo-se às bancadas dos partidos de oposição. O socialista defendeu que o OE é “um orçamento de palavra para com quem vive do seu salário”. “Com este orçamento, as famí-



JORGE FERREIRA

lias terão mais rendimento disponível e a distribuição desse rendimento será mais justa”.

PS critica “deprimente alternativa” apresentada pela direita

Durante a sua intervenção,

João Galamba lançou fortes críticas ao PSD e ao CDS-PP: “Para a oposição, quem vive do seu salário, quem é pensionista ou reformado, quem tem uma deficiência ou incapacidade, quem tem filhos, ou quem quer vir a tê-los ou quem é fun-

cionário público faz parte de uma ‘clientela’”. “A esmagadora maioria dos portugueses é, portanto, uma clientela. Se a palavra clientela é insultuosa quando aplicada a este orçamento, ela é bastante útil para recordar, afinal, o que seria a alternativa da oposição”, sublinhou. O deputado do PS lembrou que “PSD e CDS têm dito que não devem ser julgados pelo que fizeram, mas sim por aquilo que teriam feito se se mantivessem no Governo”. Ora, João Galamba fez esse “favor” aos partidos da direita: “Mais impostos e impostos mais injustos, menores salários, pensões mais baixas e menor proteção social. Pior escola pública, pior saúde. Menos emprego. Um país mais pobre e menos coeso. Era esta a deprimente alternativa prometida por PSD e CDS”, sintetizou.

■ CATARINA CORREIA

MAIOR CONVERGÊNCIA TRARÁ MAIOR ESTABILIDADE NA EUROPA

Só com uma efetiva convergência será possível conferir à zona euro uma “estabilidade duradoura”, defendeu em Roma o primeiro-ministro, António Costa, insistindo ser “fundamental” completar a União Económica e Monetária (UEM).

FALANDO numa conferência de imprensa conjunta após ter terminado a sessão de trabalhos da IV Cimeira dos Países do Sul da União Europeia (UE), que juntou na capital italiana os chefes de Estado e de Governo de Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Chipre e Malta, o primeiro-ministro português defendeu que só “aproximando as economias” e os respetivos níveis de desenvolvimento dos vários países será possível ambicionar uma verdadeira consolidação e estabilidade da zona euro, algo que só acontecerá,

como sustentou, se a zona euro “tiver a capacidade orçamental adequada” que lhe permita fazer os investimentos necessários, de forma a eliminar, por um lado, os “bloqueios estruturais à competitividade”, e, por outro lado, “reforçar o potencial de crescimento” dos países. Para António Costa, afigura-se hoje essencial, para que o projeto europeu some credibilidade, que os responsáveis políticos da União Europeia consigam avançar unidos e encontrar os mecanismos mais adequados que ajudem a poten-



ciar o crescimento económico e o emprego.

Mais investimento na inovação

António Costa teve ainda ocasião de alertar para a necessidade de a União Europeia “reforçar o investimento” na área da inovação, designadamente, como aludiu, “no mercado digital”.

Fluxo migratório na Europa

Outro dos temas abordados nesta cimeira disse respeito à problemática que envolve o peso do

fluxo migratório, que os responsáveis políticos dos sete países defendem que deve ser “compartilhado a nível comunitário”. Perante este cenário e esta exigência, os líderes presentes na cimeira defendem que o “papel fundamental e o ónus da proteção” das fronteiras dos seus Estados, que são, como lembram, “as fronteiras a sul da Europa”, deve ser “reconhecido e compartilhado”, intensificando a luta contra o tráfico de seres humanos e as novas formas de escravidão, garantindo a salvaguarda dos direitos humanos e

a proteção de todas as pessoas, em particular dos “grupos mais vulneráveis”.

Uma das garantias deixadas neste encontro pelos sete países do sul da Europa é que estão “firmemente comprometidos” com uma política comum sobre o fenómeno da migração, sustentando a este propósito que esta posição é indutora de um comportamento que certamente ajuda a evitar que os “fluxos irregulares e massivos” possam comprometer uma relação de cooperação, que se deseja, com os países de origem.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



ESTA nota foi acentuada pelo primeiro-ministro, António Costa, durante a conferência “Why Portugal? Why Now?”, que reuniu dezenas de empresários e investidores nacionais e internacionais, onde o líder do Governo anunciou o investimento da multinacional tecnológica Google em Portugal. Na ocasião, António Costa salientou as vantagens competitivas que Portugal é hoje capaz de apresentar, com uma política bastante atrativa para inves-

timentos na área tecnológica, o que é também patente no reforço de investimento por parte de empresas de grande dimensão que estão há muitos anos no país, como a Siemens ou a Bosch. O líder do Executivo apresentou ainda, em contexto, os resultados que Portugal tem vindo a alcançar em matéria de crescimento, reforço das exportações e consolidação dos indicadores económicos e financeiros, apontando, entre outros, a “redução progressiva e acentuada

PORTUGAL AFIRMA-SE COMO DESTINO DE INVESTIMENTO QUALIFICADO

A presença de Portugal no Fórum Económico Mundial, em Davos, na Suíça, afirmou um país mais competitivo, com uma evolução económica e financeira sustentada e reconhecida pelos parceiros internacionais, com capacidade para atrair mais investimento.

do défice, a diminuição da dívida, a antecipação do pagamento de tranches do empréstimo contraído em 2011 junto do Fundo Monetário Internacional e, em consequência, aumento do rating por parte de duas das principais agências de notação financeira internacionais”. “Além do crescimento económico e da diminuição do desemprego, os indicadores mostram que, em 2017, Portugal atingirá 42% das exportações no peso do PIB. A sustentabilidade da

evolução económico-financeira nacional permitirá atrair mais investimento e enfrentar os desafios futuros”, afirmou.

Governo em conversações com outras empresas tecnológicas

Complementando o anúncio do investimento da Google, o secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, revelou que o Governo está presentemente em conver-

sações com outras empresas do sector tecnológico para se instalarem no país.

“Este foi um processo longo, tem mais de um ano e, tal como fizemos com a Google, o nosso trabalho continua para trazeremos outras empresas com o mesmo perfil para Portugal e que contribuam para melhorar a vida dos portugueses, as nossas exportações e captarmos mais investimento direto estrangeiro”, acrescentou o governante. ■



MÁRIO CENTENO ELEITO PRESIDENTE DO EUROGRUPO

O ministro da Finanças do Governo socialista, Mário Centeno, foi eleito pelos seus pares europeus, em Bruxelas, como o novo presidente do Eurogrupo, o fórum de ministros das Finanças da Zona Euro.

MÁRIO CENTENO, que tomou posse no dia 13 de janeiro, sucedendo ao holandês Jeroen Dijsselbloem, apontou, ainda antes da sua eleição, que a candidatura portuguesa assentou, desde o primeiro momento, na exigência de gerar consensos, destacando a importância, no atual momento, de lançar e implementar um conjunto de reformas indispensáveis para completar o projeto europeu.

"Hoje é um dia importante para o Eurogrupo, vamos eleger um novo presidente que terá uma responsabilidade significativa, dado o facto de estarmos a iniciar um novo ciclo político em muitos países na Europa", disse o ministro português, acrescentando que todos reconhe-

cem a importância do momento "para lançar um processo de reformas que completem algumas das instituições-chave da área do euro, que todos também identificam como não estando completas, começando seguramente pela união bancária".

Mário Centeno recordou que sempre disse que a sua candidatura só avançaria se estivesse "sustentada na formação de consensos, numa plataforma e agenda que permitisse avanços significativos na área do euro", avançando que é isso que espera, caso se confirmasse o sucesso da sua candidatura.

"É muito importante fazer notar a enorme cooperação que desde o princípio, mesmo quando estávamos um pouco mais a ser

analisados de um ângulo menos positivo, tivemos com as instituições europeias", disse, sublinhando a capacidade interventiva com que Portugal foi capaz de se afirmar.

"Nós apresentámo-nos sempre numa posição de construção e de credibilização do país dentro da UE e em particular na área do euro, e foi aliás isso que possibilitou que hoje estivéssemos aqui neste processo", sustentou.

"Mostrámos a todos que podemos alcançar consensos, podemos trabalhar com outras partes, com as instituições. Portugal é um exemplo disso ultimamente", afirmou ainda, manifestando a sua confiança no resultado da candidatura, como veio a confirmar-se.

Quadro superior do Banco de Portugal e doutorado em Harvard, Mário Centeno coordenou o grupo de economistas que preparou e apresentou, em 2015, um cenário macroeconómico do país, projetado para uma década, uma iniciativa inédita que serviu de base para o programa de governação económica e financeira com que o Partido Socialista se apresentou aos portugueses.

Dois anos depois, a alternativa então preconizada, e conduzida por Centeno já enquanto ministro das Finanças do XXI Governo Constitucional, assente no rigor, na inversão da política de austeridade, na reanimação da economia e na recuperação de rendimentos das famílias e

dos portugueses, provou o seu acerto, como os resultados do país o demonstram de forma inequívoca: o menor défice em democracia, saída do país do procedimento por défice excessivo, trajetória de redução sustentada da dívida pública, melhoria do 'rating' do país, maior crescimento e redução de desemprego em muitos anos, e, sobretudo, a recuperação da confiança e a melhoria da vida dos portugueses.

Conquistado, por Portugal e pelos portugueses, o reconhecimento dos parceiros europeus, segue-se o exigente desafio da tarefa, comum e partilhada, de completar a arquitetura de um projeto europeu que se quer inclusivo para os seus cidadãos. ■

PRESIDÊNCIA DO EUROGRUPO CONFIRMA CREDIBILIDADE INTERNACIONAL DE PORTUGAL

A eleição de Mário Centeno para a presidência do Eurogrupo significa o reconhecimento, por parte dos 19 países europeus que integram a moeda única, da "credibilidade" internacional de Portugal e da "correção da linha política seguida pelo Governo", defendeu o primeiro-ministro, em Rabat, onde participava na Cimeira Luso-Marroquina.

ANTÓNIO COSTA manifestou grande satisfação por esta eleição, realçando que a escolha do ministro das Finanças para a presidência do Eurogrupo, representa não só o reconhecimento dos países que integram a moeda única das "qualidades pessoais de Mário Centeno", mas também da "credibilidade da linha política" seguida pelo Governo, nos domínios económicos e financeiros, depois de Portugal, como salientou, "ter passado por tantos e tantos sacrifícios".

Uma eleição que na opinião do

primeiro-ministro tem ainda mais valor porque Portugal, "depois de um período de grande pressão externa", conseguiu virar "definitivamente a página", deixando de ser associado a défices excessivos ou a sanções, sustentando António Costa que esta eleição de Mário Centeno ocorre num momento "particularmente importante para o futuro da União Europeia", lembrando que se encontra em curso a "discussão sobre a evolução da zona euro".

Uma discussão onde Portugal quer participar ativamente, real-



çando o primeiro-ministro que a mais-valia de o país passar a assumir a presidência do Eurogrupo, permite-lhe uma participação "mais qualificada", designadamente sobre matérias tão importantes para o futuro da União Europeia como as de aproximar todos os Estados-membros, "sejam do leste ou do oeste, do sul ou do norte", e as famílias políticas europeias, com o objetivo último de que a zona euro tenha finanças públicas sólidas, não deixando contudo de dar prioridade ao "crescimento,

ao emprego, à coesão e à convergência económica".

A presidência do Eurogrupo, na opinião do primeiro-ministro, vai permitir que Portugal passe a "desempenhar um papel mais ativo na discussão sobre o futuro da zona euro", tema que António Costa considera "crucial" para acabar com a ideia e com a argumentação defendida pelos eurocéticos, como referiu, de que a União Europeia é uma entidade que "está distante de nós e que toma posições unilaterais que impõe aos países".

Política orçamental

Quanto à dúvida sobre se Portugal, pelo facto de passar a liderar o Eurogrupo, terá ou não acrescidas responsabilidades em matéria de disciplina orçamental, o primeiro-ministro defendeu que esta é uma "falsa questão", enfatizando que as regras que estão estabelecidas pelas instâncias europeias "são para ser cumpridas", lembrando que a política orçamental levada a efeito pelo Governo português "está definida desde a primeira hora", com resultados que são "por todos reconhecidos", como sustentou, como "muito positivos".

A este propósito o primeiro-ministro lembrou que "cumprir regras" significa também cooperar ativamente na reforma da zona euro para que "seja mais amiga do crescimento e do emprego", não deixando Portugal, como lembrou António Costa, de a nível interno ter dado prioridade à "devolução dos rendimentos das famílias, à estabilidade do sistema financeiro nacional e ao investimento das empresas".

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

DR



INCÊNDIOS FLORESTAIS GOVERNO AVANÇA COM RECONSTRUÇÃO DE MAIS 96 HABITAÇÕES

O primeiro-ministro presidiu, em Tondela, ao lançamento da empreitada de reconstrução de mais 96 habitações permanentes e construções anexas afetadas pelos incêndios de 15 e 16 de outubro, uma intervenção que terá um custo máximo de 9,5 milhões de euros, sendo a empreitada agora posta a consulta.

NA OCASIÃO, António Costa sublinhou ser este “um esforço grande, onde o trabalho dos autarcas e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro tem sido extraordinário”.

O governante aproveitou para explicar que em Pedrógão, os trabalhos decorreram sobretudo com empreitadas individuais, casa a casa, mas que em Tondela seria preciso trabalhar com “grandes empreitadas” no sentido de fazer “uma intervenção sobre um conjunto habitacional”. Refira-se que, até agora, foram já reabilitadas cerca de 480 casas com uma execução finan-

ceira a rondar os 8,3 milhões de euros.

A diferença entre os montantes financeiros aplicados a Pedrógão e Tondela explica-se pelo nível de destruição das casas que, no caso da empreitada agora lançada, terão de ser reconstruídas e não apenas reabilitadas.

Em matéria de prevenção de fogos visando já o próximo verão, o líder do Executivo socialista considerou ser “essencial que todos tenham consciência de que há um trabalho fundamental a fazer de limpeza dos matos e das árvores em redor das casas e das povoações”.

E insistiu que “temos o dever de

diminuir o risco, e a lei impõe, há mais de dez anos, obrigações muito claras a todos: nos 50 metros em redor de cada casa e nos 100 metros em redor de cada povoação não pode haver mato nem pode haver árvores, nas margens das vias de comunicação, por baixo das linhas de alta tensão não pode haver matos nem pode haver árvores”.

Limpeza de matos até 15 de março

Este esforço de limpeza, apontou, tem de ser feito desde já e “até 15 de março”, avisando que “as autoridades estarão atentas e podem atuar”, em prol de “aumentar a

segurança das pessoas”.

A partir da referida data, frisou António Costa, “os municípios têm todo o poder para entrar nas propriedades privadas e fazer o que os proprietários não fizeram”.

E mais, venceu: “têm o direito de tomar posse daquelas terras e de cobrarem, seja pela venda de material lenhoso, seja pela exploração das terras, das despesas que tiverem por conta dos proprietários que não fizeram o que têm de fazer”.

Um esforço que envolve toda a sociedade

Depois, o primeiro-ministro

disse que “o ICNF já identificou, no conjunto do país, quais são as 19 áreas de maior risco de incêndio no próximo verão, com base no tipo de floresta, nas circunstâncias climáticas, no histórico de incêndios, e abrange “mais de 180 concelhos, mais de mil freguesias e milhares de aldeias”.

Chamando à participação de “todos”, o governante advertiu que, “ou este é um esforço que envolve toda a sociedade, ou não pode ser assegurado só pelos presidentes de Junta de Freguesia, de Câmara, ou pelo Governo”. ■ **MARY RODRIGUES**

PS LEVOU JORNADAS PARLAMENTARES AOS DISTRITOS MAIS AFETADOS PELOS INCÊNDIOS

O Grupo Parlamentar do PS dedicou as suas mais recentes jornadas, cujos trabalhos decorreram em Coimbra, nos dias 22 e 23 de janeiro, à presença no terreno nas regiões mais afetadas pelos incêndios do último verão, realizando um conjunto de visitas a diversas localidades dos distritos de Coimbra, Leiria e Viseu.

DURANTE os dois dias das Jornadas Parlamentares, que debateram os temas “Proximidade, Transparência e Descentralização”, os deputados do PS visitaram algumas áreas particularmente atingidas pelos in-

cêndios com o objetivo de “observar e ouvir para melhor intervir e ajudar a decidir”, explicou o presidente da bancada socialista.

Nestas visitas de trabalho, os deputados deixaram também



reiterada a sua “homenagem à coragem dos que sofreram, ao espírito solidário que emergiu e ao sentido empreendedor que está a ser convocado e apreendido pelas populações”, sublinhou.

O líder parlamentar do PS pôde observar no terreno que já foram distribuídos “apoios às famílias com carência económica em casos de primeira necessidade”, já foram pagos “mais de cinco milhões de eu-

ros de compensações” relativas a 27 vítimas mortais, que “cerca de 300 casas já foram reabilitadas” e “perto de 27 milhões de euros já foram atribuídos a empresas, tendo em vista o restabelecimento da atividade económica”.

“Está, pois, em curso um vastíssimo trabalho que deverá prosseguir e que, sobretudo, não pode prejudicar as alterações mais profundas que a reforma da floresta, o investimento no Portugal do interior e das áreas de baixa intensidade – que queremos apressar e que merecerá prioridade no novo quadro financeiro europeu – certamente gerarão no ordenamento, gestão e coesão económica e social do território continental”, congratulou-se. ■

BREVES

**EDMUNDO PEDRO**

O PARTIDO Socialista manifesta o seu mais profundo pesar pela morte do nosso querido camarada Edmundo Pedro.

Nascido em Alcochete em Novembro de 1918, foi um herói da luta contra a ditadura derrubada em Abril de 1974 e que entregou toda a sua vida – antes e depois dessa data libertadora – a um sempre incansável combate pelos valores da Liberdade e da Democracia.

Deputado do PS em várias legislaturas, Edmundo Pedro deixou em todos os que com ele tiveram a felicidade de contactar um traço indelével de humildade, humanidade e coragem, que manteve até ao fim dos seus dias, neste ano em que iria cumprir os seus cem anos. Essa força e coragem que o tornam numa eterna referência para o Partido Socialista.

Todos os socialistas portugueses partilham este momento de dor pela sua perda, mas também a confiança de que terão de saber estar à altura do extraordinário legado de Edmundo Pedro. O Partido Socialista transmite a todos os familiares e amigos do nosso querido camarada as suas mais sentidas condolências, nesta hora difícil e de sentido de perda. ■

PRÉMIO MÁRIO RUIVO DISTINGUE PROJETOS ESCOLARES SOBRE O MAR

O GOVERNO apresentou, na Escola Secundária Anselmo de Andrade, em Almada, o prémio nacional “Mário Ruivo - Gerações Oceânicas”, dirigido aos alunos dos ensinos básico e secundário para distinguir projetos realizados em contexto escolar sobre a importância do Oceano.

Os Ministérios do Mar, da Cultura e da Educação associaram-se na criação deste galardão com o nome de Mário Ruivo, homenageando assim o reconhecido biólogo e especialista em oceanografia.

Para participar, os alunos do 3º ciclo dos ensinos básico e secundário devem constituir equipas de 4 a 8 elementos de diferentes anos escolares e elaborar um projeto sobre a temática do mar, registando-o em filme. ■



JORGE FERREIRA

CAMPANHA PARA POUPANÇA DE ÁGUA ALARGADA A TODOS OS UTILIZADORES

O MINISTRO do Ambiente anunciou, no Parlamento, o lançamento de uma nova campanha destinada a sensibilizar para a necessidade de poupar água. A iniciativa, que será apresentada em meados de março, será alargada este ano a todos os utilizadores, dos domésticos, à agricultura e indústria. Segundo explicou João Pedro Matos Fernandes, a campanha vai dirigir-se “certamente a cada um de

nós enquanto cidadãos, mas a todos os outros grandes utilizadores de água, como a pecuária, a agricultura, e rega e a indústria”, dando nota da importância de todos nos adaptarmos às novas condições do clima e de reduzir os consumos de água: “Temos mesmo de alargar a campanha a todos”. Referindo-se aos resultados da anterior campanha, o ministro ressaltou que a grande afluência turística não contribuiu para valores de consumo desejavelmente mais baixos em grandes centros como Lisboa e Porto, mas apontou diversos exemplos positivos, como em Viseu, ou em empresas como os metropolitanos de Lisboa e do Porto. ■



NOVO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EVOCA 25 DE ABRIL

O ORÇAMENTO Participativo Portugal (OPP) já está a recolher propostas para a sua segunda edição, que neste ano de 2018 terá uma dotação reforçada de 3 para 5 milhões de euros e irá ser dedicado à evocação do 25 de Abril. A segunda edição da iniciativa, através da qual os cidadãos candidatam propostas de investimento e votam nos projetos a que o Governo dará realização, será agora alargada a projetos em todas as áreas de governação.

A edição deste ano vai evocar a Revolução dos Cravos, com o roteiro de encontros participativos que se irão realizar pelo país a reproduzir geograficamente locais relevantes para a ação militar do 25 de Abril, levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas.

Os encontros, que decorrerão na rede de bibliotecas públicas e municipais e de Espaços Cidadão, arrancam em Lagos, a 20 de fevereiro, e culminam em Lisboa, no dia 24 de abril, passando por 16 outros locais, de norte a sul e ilhas. As propostas podem ser submetidas até 24 de abril, através da página www.opp.gov.pt. ■



MÁRIO SOARES HOMENAGEADO COMO UM DOS GRANDES EUROPEUS

UM ANO após a sua morte, Mário Soares foi homenageado pelo Parlamento Europeu, que atribuiu ao fundador do PS, ex-primeiro-ministro e ex-Presidente da República de Portugal, o seu nome a uma das principais salas da assembleia de Bruxelas.

Depois de se regozijar por esta homenagem que junta o nome de Mário Soares aos de outras grandes personalidades e ilustres dirigentes europeus, como Konrad Adenauer, Willy Brandt ou Simone Veil, entre outros, António Costa lembrou que Soares esteve entre os políticos europeus “que mais falaram e escreveram sobre a Europa”. “Mário Soares foi um militante da Europa”, alguém em quem Portugal e os portugueses “têm muito orgulho”, afirmou. ■

EMANUEL CÂMARA NOVO LÍDER DO PS/MADEIRA

O ATUAL autarca socialista no Porto Moniz, Emanuel Câmara, venceu as eleições internas do PS-Madeira, realizadas a 19 de janeiro. Num universo de 1952 militantes em condições de exercerem o seu direito de voto e dos 1545 que votaram, 877 escolheram o projeto “Um futuro pelas pessoas”, de Emanuel Câmara, enquanto 668 apoiaram a candidatura de Carlos Pereira, presidente cessante, que se apresentou com a moção “Verdade e Credibilidade”.

Emanuel Câmara afirmou que o PS se tornou uma “alternativa mais sólida, viável e credível para colocar a Madeira no rumo certo”.

“É possível haver uma alternância democrática na região e não tenho dúvida de que ela acontecerá, finalmente, em 2019”, vincou, comprometendo-se desde já a dar à Madeira “o presidente [do Executivo Regional] que os madeirenses querem, Paulo Cafôfo”, atual presidente da Câmara do Funchal. ■



CICLO DE CONFERÊNCIAS “CELEBRAR MÁRIO SOARES”

SOARES “DIVIDIU” PELO CARÁTER E PELA CORAGEM

O percurso de Mário Soares como resistente à ditadura do Estado Novo foi o tema da primeira conferência do ciclo organizado pelo Partido Socialista para evocar o legado e a memória do seu fundador e militante número um, que decorreu em quatro sessões na sede nacional do partido, em Lisboa.

ESTA primeira sessão contou com a abertura do presidente do PS, Carlos César, que salientou o contributo de Mário Soares “na luta contra a opressão” até ao 25 de Abril de 1974, na consolidação da democracia pluralista e, depois, na adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE). O debate foi depois dinamizado pelos historiadores José Pacheco Pereira e Fernando Rosas, a par do professor universitário e fundador do PS, Mário Mesquita.

Pacheco Pereira destacou “o enorme pragmatismo” e a “grande objetividade” que marcaram a ação política de Soares, equiparando-o, nestas características, aos antigos presidente francês François Mitterrand e chanceler germânico Willy Brandt.

Numa intervenção em que partilhou alguns episódios vividos com o antigo chefe de Estado e de Governo, Pacheco Pereira sublinhou, sobretudo, um princípio ético e moral, “hoje bem menos comum”, que moldou a



sua estatura. “Até ao fim da sua vida Mário Soares dividiu as pessoas pelo caráter e pela coragem”, disse, considerando, ainda, que o fundador do PS “nunca deixou



de ser aquilo que tinha sido” no seu passado. O ciclo de conferências foi organizado em quatro sessões, abrangendo diferentes visões e períodos da vida de Mário Soares,



dedicadas aos temas “A resistência”, “A construção da democracia”, “A vocação europeia” e “O legado” –, com a participação de personalidades de vários quadrantes. ■

XXII CONGRESSO NACIONAL

BATALHA | 25 A 27 DE MAIO

ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DA PRESIDENTE DO DNMS > **11 / 12 MAIO**

ELEIÇÃO DOS PRESIDENTES DAS FEDERAÇÕES E DAS PRESIDENTES DOS DFMS > **9 / 10 MARÇO**

CONGRESSOS FEDERATIVOS > **24 / 25 MARÇO**

